

Saúde, um problema médico-social

Affonso Renato Meira

À medida que a sociedade se desenvolve e expande, os problemas de saúde da população crescem também escapando ao âmbito puramente familiar para tornar-se um problema social que exige a intervenção do Estado. Neste artigo analisa-se o sistema de saúde adotado no Brasil.



A previdência social, uma preocupação recente.

saúde prioritários; deve haver uma aplicação criteriosa de recursos, procurando, sempre que possível, obter o máximo rendimento com a menor inversão. Assim, apesar do pessoal envolvido no setor de saúde clamar pela sua importância, é necessário considerar que na aplicação dos recursos de um país, todos os ângulos da vida social devem ser examinados globalmente e também entender que recursos alocados em outros setores podem levar a beneficiar a saúde da população. Dessa premissa se chega a entender ser muito importante a um governo ter uma política nacional de saúde.

De uma política nacional de saúde advém um plano nacional de saúde, onde todos os aspectos, quer curativos quer preventivos, quer em níveis individuais quer em níveis coletivos, devem ser equacionados e hierarquizados. A planificação em saúde é reconhecida como a chave para atingir a mais eficiente utilização dos recursos para incrementar o estado de saúde de uma região. Um plano nacional de saúde integra os esforços do setor, como parte de uma abordagem compreensiva e racional ao desenvolvimento sócio-econômico de toda a nação. A ele, quando estabelecido, está concernente não somente a eficiência e eficácia dos serviços de saúde, mas todos os fatores ecológicos, sociais, culturais, econômicos, etc, que afetam a saúde das pessoas e da comunidade. Dentro de um plano de saúde deve ter-se em conta o sistema ou os sistemas de saúde que devem desenvolvê-lo.

De acordo com recomendação da Organização Panamericana de Saúde, "O sistema de saúde é um conjunto de mecanismos através dos quais os recursos humanos e materiais se organizam, por meio de um processo administrativo e de uma tecnologia médica, para oferecer prestações de saúde integral em quantidade e qualidade adequada para cobrir a demanda dos serviços da comunidade a um

custo compatível com os fundos disponíveis... A prestação da saúde deve ser acessível a toda a comunidade sem exceção... Os sistemas de saúde variam amplamente, desde os regimes de empresa privada... até os regimes socializados em que o Estado assume a responsabilidade total da proteção, promoção e recuperação da saúde... O corrente é que nos países esses diferentes sistemas se sobrepõem e se combinam de forma arbitrária, provocando desperdícios de recursos, duplicação de serviços e elevação artificial dos custos com evidente prejuízo da qualidade e da eficiência das prestações... Cada país poderá eleger o sistema que melhor se adapte a sua tradição histórica e cultural e a sua organização jurídico-administrativa e a sua disponibilidade de recursos. O importante é aumentar a cobertura mantendo a boa qualidade das prestações. Isso exige uma decisão política do mais alto nível..."

O ideal para cada país é a organização ou a integração de todos os recursos disponíveis de saúde em um só sistema.

"Dito sistema assim concebido faz a planificação coordenada dos serviços a um nível de instituição central, a coordenação administrativa e a consolidação orçamentária a um nível regional e a prestação de serviços a um nível local."

"O sistema nacional de saúde aspira a uma melhor utilização dos recursos disponíveis elevando sua produtividade e evitando duplicações. Para ele é indispensável que exista uma clara definição de propósitos por parte das autoridades executivas centrais, para fazer participar no sistema todos os recursos humanos e materiais disponíveis e aceitar a planificação coordenada das ações em saúde. Tudo isso é possível alcançar sem atingir a autoridade administrativa e a, autonomia financeira de modo que cada instituição possa cumprir suas obrigações legais."

No Brasil, apesar de recentes determinações concretizadas nas Leis nº 6.229 e nº 6.439, ainda existem sistemas se sobrepondo e se combinando de forma arbitrária. Isso pode ser verificado examinando a atenção à saúde oferecida em vários níveis com linhas separatórias não muito claras e com recursos humanos e consumidores do sistema — ou seja, aqueles que os utilizam — muitas vezes transitando entre um sistema e outro. Assim, por parte do Estado, em uma análise que não pretende ser exaustiva e completa, vamos encontrar a atenção à saúde sendo objeto de ação em nível federal do Ministério da Saúde, da Previdência Social, do Interior, da Educação e Cultura, do Trabalho, assim como de outros Ministérios e outras entidades. Em nível estadual, geralmente, as Secretarias da Saúde e da Educação têm serviços de saúde próprios, além de outras como a da Justiça, e, no caso do Estado de São Paulo, a própria Casa Civil do governador. Por outro lado, existem Institutos de Previdência e de Assistência Médica para os servidores estaduais, assim como diversas fundações. Em nível municipal, as situações variam de acordo com o tamanho dos municípios. Os maiores e com mais recursos organizam também serviços de atenção à saúde, através de Secretarias de Higiene e mesmo Secretarias de Educação, além de possuírem Institutos de Previdência e de Assistência Médica próprios. Ainda mais, não se deve esquecer que Faculdades de Medicina isoladas ou componentes de Universidades mantidas pelo governo agem no atendimento médico, criando também mais um caminho entre esses múltiplos que são colocados à disposição da população. Além do Poder Executivo, outros Poderes mantêm serviços médicos para atenderem seus integrantes. Por parte das entidades particulares vamos encontrar, do mesmo modo, uma multiplicidade de serviços. Existem serviços médicos de pré-pagamento como os grupos médicos que prestam sua atenção geralmente voltada para os aspectos curativos, através de convênios coletivos com empresas; as organizações de seguro-saúde; os hospitais que oferecem títulos que garantem a seus possuidores atenção médica, inclusive internação hospitalar. Cooperativas de médicos que, a exemplo dos grupos médicos, fazem convênios com empresas, recebendo entretanto por serviços prestados e não por número de beneficiários. Ainda existem serviços de atenção à saúde patrocinados por sindicatos de empregados; oferecidos por entidades filantrópicas ou por entidades mútuas, além dos médicos do trabalho que as empresas precisam ter em seus quadros, de acordo com o número de empregados e com o risco em relação à saúde que possa ocorrer. Tudo isso sem esquecer o atendimento particular a nível de consultório ou de hospital, que apesar de estar diminuindo, pelo menos percentualmente, continua a existir. Todo esse quadro mostra uma situação que precisa ser modificada para que a população possa receber um serviço médico de atenção global à saúde em quantidade e qualidade melhor, pois tal fato é compatível com os fundos disponíveis se melhor distribuídos, procurando uma integração da atenção à saúde que, se não seja única, pelo menos não permita duplicação com suas sobreposições. Para a implantação de tal sistema é necessário uma decisão do mais alto nível e a aceitação dela tanto por parte dos profissionais que estejam servindo ao sistema, como daqueles que a ele se socorrem para prover suas necessidades em relação à saúde.